Arte e cultura: como acervos de museus contribuem na promoção da identidade socio-cultural e formação cidadã da população da Baixada Fluminense?

Art and culture: how do museum collections contribute to the promotion of the socio-cultural identity and citizen education of the Baixada Fluminense population?

Gabriela Sousa Ribeiro

Docente e pesquisadora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro gabrielasousaribeiro@gmail.com ORCID: http://orcid.org/0000-0001-5003-8101

Bárbara Boaventura Friaça

Docente e pesquisadora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro boaventura.barbara@gmail.com ORCID: http://orcid.org/0000-0002-8353-8054

RESUMO:

Três edições de um projeto de extensão para fomentar o contato de estudantes da Baixada Fluminense com museus da cidade do Rio de Janeiro foram realizadas com o intuito de promover a reflexão crítica sobre manifestações artísticas, culturais e sociais ao longo do tempo, bem como suas reverberações na contemporaneidade. O objetivo deste trabalho é analisar esse projeto, sua pertinência, alcance e contribuições. Para tal, foram realizadas observações assistemáticas e participantes. As

discussões geradas possibilitaram aos estudantes criar repertório artístico e cultural, além de questionar as imposições da sociedade no que tange à construção e manutenção de sua identidade sociocultural.

Palavras-chave: Museu. Identidade. Poder.

ABSTRACT:

Three editions of an extension project related to museums in the city of Rio de Janeiro and students from the region called "Baixada Fluminense" were accomplished. The basic idea was to foster the contact of students from this region with museums in order to exercise their critical views on artistic, cultural, and social manifestations over time and these reverberates nowadays. Thus this article aims at analyzing this project, its pertinence, scope, and contributions. For this, non-systematic and participant observations were made. The discussions allowed the students to integrate artistic and cultural repertoire, as well as to question the impositions made by society regarding the construction and maintenance of their socio-cultural identity.

Keywords: *Museum. Identity. Power.*

Artigo recebido em 15/01/2019 Artigo aprovado em 12/03/2019

Introdução

Este trabalho leva em consideração a problematização feita por Néstor García Canclini (2015, 1994) de que, ainda que os bens e espaços culturais considerados patrimônio cultural sejam vistos como representantes da memória e da cultura de uma nação, à medida que desce o nível de escolaridade, esses valores são menos apreendidos e significativos. Conforme o autor, "ainda que o patrimônio sirva para unificar cada nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos" (GARCÍA CANCLINI, 2015, p. 195).

No Brasil, entre os motivos para essa diminuição de apreensão e significação está a desigual oportunidade de acesso a tais bens, que se relaciona com a desigual oportunidade de acesso à educação, cultura e lazer para camadas de baixa renda. Além disso, esses bens são selecionados para ocupar destaque na história, na cultura e, consequentemente, na memória de um povo por uma elite que não elege objetos e espaços mais representativos das classes populares.

Diante dessa realidade, foram desenvolvidas, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, três edições de um projeto de extensão intitulado "Arte e cultura: museus auxiliando no entendimento e na construção da sociedade". O projeto tem por objetivo fomentar o contato da comunidade da Baixada Fluminense, estudantes do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ e comunidade em geral, com espaços de cultura e de memória da cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de exercitar a reflexão crítica sobre as manifestações artísticas, culturais e sociais ao longo do tempo, bem como suas reverberações na contemporaneidade, buscando problematizar suas relações com a sociedade e o cotidiano.

Entre as propostas do projeto está a realização de um curso de extensão em que, após uma aula expositiva e dialógica sobre arte, cultura, patrimônio cultural, disputas de poder, acervos museais, lugar de fala, entre outros, visitamos quatro museus da cidade do Rio de Janeiro com estudantes da Baixada Fluminense. A idea era criar uma oportunidade para debater com eles como os acervos desses espaços, suas localizações e arquiteturas reverberam suas identidades e culturas. A primeira edição do curso ocorreu entre agosto e dezembro de 2016; a segunda, de agosto a dezembro de 2017; e a terceira, entre novembro e dezembro de 2018. Nas duas primeiras edições, as aulas foram realizadas quinzenalmente; na última, semanalmente.

O direcionamento em especial aos moradores da Baixada Fluminense, região periférica à capital, onde situa-se o *campus* Belford Roxo do IFRJ, se deu pelo estigma sociocultural que as pessoas dessas cidades enfrentam.

A Baixada Fluminense, área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, é composta pelos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Mesquita, todos ao norte da cidade. Essas cidades são consideradas cidades-dormitórios,¹ em que seus habitantes passam o dia inteiro fora desses locais para trabalhar e / ou estudar e regressam à noite apenas para dormir e começar tudo novamente no dia seguinte. Essa característica somada às condições urbanísticas precárias na região e à pouca oferta de equipamentos culturais nesses municípios levam a uma condição de negação das cidades pelas suas populações.

Em contrapartida, quando pensamos na cidade do Rio de Janeiro, percebemos que moradores de áreas periféricas mantém, predominantemente, uma relação de passagem com o centro do Rio de Janeiro e seus logradouros histórico-culturais e, de muitas formas, são alijados dos espaços culturais institucionalizados na capital.

Nos termos de Henri Lefebvre (2010), percebemos que o direito à cidade não faz parte da realidade de grande parte da população da Baixada Fluminense. Seja a cidade de moradia ou a em que se trabalha e / ou estuda, as pessoas não são convidadas a vivenciar o cotidiano dessas cidades, nem de se apropriar dos espaços socioculturais que as compõem.

Assim, estimular a ocupação e a visão crítica dos moradores das áreas periféricas a equipamentos culturais institucionalizados foram fatores decisivos para a escolha das visitas na região central do Rio de Janeiro, pois é a região com maior

concentração de espaços culturais. Ademais, a região central é capaz de evidenciar processos históricos de alijamento, apresentando uma ponte para muitas camadas sobrepostas de passado.

Desse modo, o curso propôs a reflexão sobre a construção da identidade e da memória coletiva, as imposições, destruições e resistências nesses processos. O centro do Rio de Janeiro vem apresentando um projeto político excludente em suas modernizações subsequentes e, na tentativa de justificar a destruição de seu patrimônio cultural material e imaterial, há a mutilação de sua geografia e a expulsão do povo com menor poder aquisitivo dos territórios ocupados. Exemplos conhecidos foram a demolição de moradias e construções coloniais, visando a higienização social, com o desalojamento de moradores para a construção de avenidas largas, como a Avenida Central, hoje, Avenida Rio Branco, e a Avenida Presidente Vargas (ABREU, 2013). A geografia, relevante para a construção identitária carioca, foi varrida em boa parte do centro do Rio de Janeiro, morros foram destruídos, como o Morro de Senado e o Morro do Castelo, e usados para aterrar um trecho da orla carioca do centro à zona sul, conforme nos conta Maurício de Almeida Abreu (2013, p. 76):

o prefeito, logo após tomar posse e realizando um desejo antigo, mandou retirar do centro da cidade, "em nome da aeração e da higiene", o local que dera origem à urbe no século XVI – o Morro do Castelo. Embora fosse um sítio histórico, o morro havia se transformado em local de residência de inúmeras famílias pobres, que se beneficiavam dos aluguéis baratos das antigas construções aí existentes. Situava-se, entretanto, na área de maior valorização do solo da cidade, a dois passos da Avenida Rio Branco, daí porque era preciso eliminá-lo não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital.

Essas remoções constituem parte do processo de afastamento das camadas mais populares para áreas afastadas para serem esquecidas pelo Estado e pelas camadas privilegiadas da população. Mais recentemente, moradores do Morro da Providência, primeira favela do Brasil, situada entre os bairros do Centro, Santo Cristo e na Gamboa, nas regiões Central e da Zona Portuária, foram expulsos de

suas casas para dar lugar a um teleférico e plano inclinado. Com o pretexto de melhorar a mobilidade dos moradores no morro, esses novos "equipamentos urbanos" foram instalados mesmo contra a vontade da população. Os moradores, além de terem suas casas destruídas para higienizar o local, perderam o espaço de lazer da região, a praça, local da instalação da estação do teleférico. Ficou claro que o que importava era possibilitar aos turistas, principalmente de fora do país, maior comodidade para a visitação do local (GALIZA, 2015). O apagamento cultural imaterial também é uma constante desde a nomeação da gestão do Prefeito Marcelo Crivella, com sua perseguição, principalmente, aos referenciais socioculturais ligadas à população negra e às religiões de matriz africana.²

Desse modo, a peregrinação da Baixada Fluminense à região central da cidade do Rio de Janeiro configura-se em um campo muito além de uma proposta turística, mas de reflexão histórica da construção de memória e apagamento de uma parcela da população que já habitou os grandes centros, mas que, atualmente, se reconhece como estrangeiro, não pertencente. Um exemplo desse não reconhecimento é o uso da palavra cidade que, principalmente moradores da periferia, mesmo os habitantes do município, usam para se referir ao centro do Rio de Janeiro, como se não fizessem parte dessa organização chamada cidade. Defendemos no projeto que a busca da ocupação da população periférica nos grandes centros, em especial na cena cultural e artística, produtora de sentido e memória, é uma ferramenta política de resistência.

Com base no exposto, questionamos: qual a efetividade construtiva na formação cidadã de pessoas com pouco acesso a espaços de cultura e de memória institucionalizados quando incentivadas a problematizar esses espaços e seus acervos, com uma visão crítica, para além do passeio turístico? Em três edições do projeto, como podemos perceber as diferenças na reverberação da formação identitária e cidadã dos estudantes com as discussões realizadas por intermédio dos acervos dos museus?

Assim é objetivo deste artigo analisar as três edições do projeto desenvolvido até então, sua pertinência e alcance, para dimensionar em que medida as discussões realizadas com base nos acervos de museus visitados possibilitaram acionar nos discentes mecanismos de potencial discursivo para pensar criticamente sua formação identitária, sua memória coletiva e seu poder cidadão.

Para a construção deste trabalho, utilizamos uma abordagem descritiva e exploratória, com observações assistemáticas e participantes das dinâmicas realizadas nas três edições do curso. Optamos por manter o mesmo formato nas três edições do projeto, consistindo de um primeiro encontro em sala de aula, como aula inicial do curso, seguido de visitas técnicas a quatro museus da cidade do Rio de Janeiro. Na aula inaugural, eram discutidos diversos conceitos e aspectos sobre arte, cultura e cidadania, como forma de embasar a discussão crítica sobre os acervos dos museus. As visitas se deram no Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Museu do Folclore Edson Carneiro e Museu de Arte do Rio de Janeiro.

Arte e cultura: os conceitos balizadores da discussão nos museus

Conforme Antonio Augusto Arantes (2012), um dos aspectos mais importantes da cultura é a significação, que, com os valores, orientam sua organização. São os valores da cultura que "moldam" a sociedade, sendo sentidos como intrínsecos, não como meios. Realizamos constantemente operações mentais de codificação e decodificação de mensagens que requerem o conhecimento desses significados implícitos nas ações e nos objetos e de suas regras tácitas. Os significados culturais não são compreendidos por meio da contemplação passiva do objeto significante, mas como referência ao universo de significados próprios de cada grupo social.

Essa referência ao universo de significados pertencentes a cada grupo social é o que Leslie White (2009) chama de 'simbologização', que é uma capacidade intrínseca à cultura. White (2009, p. 9) aponta que simbologizar é "a capacidade de originar, definir e atribuir significados, de forma livre e arbitrária, a coisas e acontecimentos no mundo externo, bem como compreender esses significados". Esses significados, todavia, não podem ser percebidos e avaliados pelos cinco sentidos humanos (tato, olfato, paladar, audição e visão). Não é, por exemplo, o gosto da água que a faz ser considerada água benta, nem mesmo o cheiro da flor que a faz ser considerada oferenda para lemanjá, mas os significados que os seres humanos atribuem a essas coisas. Nessa atribuição de significados, está envolvido o processo de aprendizagem, construído com base na experiência de certa sociedade, com tal aspecto simbologizado, podendo ser um objeto, um espaço, um ato, uma crença. "Simbologizar, portanto, envolve a possibilidade de criar, atribuir e compreender significados" (WHITE, 2009, p. 9). Entre suas várias formas (pensar, sentir, agir), o autor define quatro produtos principais: ideias, atitudes, atos e objetos. Tendo em comum o processo de simbologização, são, portanto, distinguidos de todas as outras classes de coisas e eventos que não dependem desse processo. "Um ato é um ato. Uma coisa é uma coisa, a importância de uma coisa, para a ciência e para nós, não depende só de suas propriedades intrínsecas, mas do contexto de análise" (WHITE, 2009, p. 55).

O processo de simbologização era uma discussão fundamental para os propósitos do curso, já que se buscava, principalmente, problematizar aspectos de arte, cultura, identidade e memória, no que concerne aos acervos dos museus, para a construção identitária e cidadã dos estudantes.

García Canclini (2015, 1994) e Ramos (2004) dão base à nossa discussão sobre a seleção dos objetos a serem apresentados e na forma de sua disposição nos espaços de cultura e de memória. Para Ramos (2004, p. 14), "qualquer museu é o lugar onde se expõem objetos, e isso compõe processos comunicativos que necessariamente se constituem na seleção das peças que devem ir ao acervo e

no modo de ordenar as exposições". Ele discute que "não há museu inocente", já que as peças (as selecionadas para exposição e as ocultadas do público) têm uma intencionalidade.

Essa intencionalidade diz respeito às disputas de poder inerentes a todos os aspectos da vida social e cultural de uma população, que estão intrinsecamente ligadas à simbologização conceituada por Leslie White (2009). Podemos questionar, então: quem simbologiza o que é ou deixa de ser cultura? Quem simbologiza o que é ou deixa de ser preservado e propagado como representante da cultura material de um povo?

No que tange a espaços, edificações e bens culturais, García Canclini (2015) pondera em que medida as relações de poder têm rebatimentos em várias esferas da vida pública e social, refletindo, entre outras coisas, na naturalização do que deve ser preservado e amplamente propagado para constituir a identidade de um país. O autor avalia que alguns bens, como as pirâmides maias, palácios coloniais e coleções de cerâmicas indígenas seculares são naturalizados como algo a ser preservado e multiplicado para as gerações futuras, por simbolizar prestígio do passado que se liga às questões de identidade nacional. "A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e tornaos fontes de consenso coletivo, para além das divisões de classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio" (GARCÍA CANCLINI, 2015, p. 160).

Essa distinção reforça as diferenças entre classes sociais, que determina quais bens devem ser representativos: aqueles que agradam a uma determinada classe, geralmente, a de maior poder econômico e social, farão parte de seu repertório de gosto e de "valor cultural". Já os bens mais relacionados a "aspectos populares" que de alguma forma lhes agradam são dadas a alcunha de "folclore", marcando a diferença entre si e os "outros". Permeadas por relações

de poder, essas distinções entre classes sociais fazem parte do jogo entre identidade e diferença, interferindo na cultura. As denominações decorrentes das várias classificações de cultura se estabelecem pela lógica da diferença.

Stuart Hall (2013) discute que a denominação de cultura popular foi cunhada em função da necessidade de distinção entre elite e classes populares, ou seja, a distância entre a cultura popular e a cultura erudita. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, "mudanças no equilíbrio e nas relações de forças sociais se revelavam, frequentemente, nas lutas em torno da cultura, tradições e formas de vida das classes populares" (HALL, 2013, p. 273). O capital tinha interesse nas formas de vida das classes populares. A partir do momento em que a sociedade estava sendo organizada em torno desse capital, era necessário reeducar as camadas populares, num sentido mais amplo, para que pudessem fazer parte da sociedade.

A tradição popular era um dos principais locais de resistência, em oposição ao modo como se impunha a nova ordem social. Conforme Hall (2013), é por esse motivo que a cultura popular até hoje é relacionada às questões da tradição e formas tradicionais de vida e, ao mesmo tempo, vista, equivocadamente, como algo arcaico e anacrônico.

No que tange aos acervos de espaços de cultura e memória, frequentemente, os objetos significativos para as classes populares, decorrentes de seu fazer e modo de vida, têm pouco ou nenhum espaço nesses locais. Essa era uma preocupação no trabalho de expografia de Lina Bo Bardi, arquiteta ítalo-brasileira, que, ao dar espaço aos fazeres da população de baixa renda, principalmente do Nordeste, defendia a importância de celebrar a inventividade do povo brasileiro que, com tão poucos recursos, conseguia sobreviver e criar estratégias para melhorar suas vidas (BO BARDI; FERRAZ, 1996).

No nosso entendimento, as visões de Lina Bo Bardi (BO BARDI; FERRAZ, 1996) e de García Canclini (2015) se complementam para entendermos o motivo pelo qual há dificuldades de apreensão do que é considerado patrimônio a ser preservado por todas as camadas da população. Se os objetos, fazeres, ritos e patrimônios significativos para as camadas de baixa renda não estão contempladas na grande parte dos espaços de memória e cultura institucionalizados, como querer que essas pessoas se reconheçam no patrimônio institucionalizado como de referência nacional?

É preciso entender que todos os objetos são repletos de significação. Ramos (2004, p. 21) observa que "se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler os objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas". O autor afirma ainda que o "objeto é tratado como indício de traços culturais que serão interpretados no contexto" (p. 22) em que se insere. Ramos exemplifica que, tanto por um relógio antigo como por um copo descartável e, principalmente, pela relação entre os dois, podemos questionar e entender aspectos da história do capitalismo, por exemplo, e suas consequências na nossa atualidade e no futuro.

Não necessariamente a memória está contida apenas em edificações consideradas históricas e tombadas como patrimônio, como remanescentes materiais de arquiteturas de séculos passados. O patrimônio é importante, sim, mas, principalmente, no que diz respeito ao que as pessoas atribuem como sendo esse patrimônio, aquilo que lhes signifique algo, que lhes atribua valor e faça com que se reconheçam nesse valor e nessa memória.

Muniz Sodré (2002, p. 52) discute questões amplas sobre a noção de patrimônio que são fundamentais às discussões sobre cultura, identidade, território e memória coletiva. Segundo o autor,

[a] palavra patrimônio encontra aqui um lugar próprio. Ela tem em sua etimologia o significado de herança: é um bem ou conjunto de bens que se recebe do pai (pater, patri). Mas é também uma metáfora para o legado de uma memória coletiva, de algo culturalmente comum ao grupo. O termo tem sido utilizado, entretanto, como categoria sociológica, que incorpora um conjunto de particularidades atuantes na aquisição e na transmissão da riqueza e do poder. A noção de patrimônio abrange, assim, tanto bens físicos (uma loja, uma fazenda, dinheiro etc.) quanto a competência técnica ou o lugar social que conquistam determinadas famílias ou grupos. Não se pode compreender a lógica patrimonialista por critérios puramente econômicos, uma vez que se entrecruzam determinantes étnicos, políticos, simbólicos. Na verdade, o patrimônio, qualquer patrimônio, pode mesmo ser concebido como um território. (...) [Definindo] território como: 1) lugar pertinente - localização, limites - da ação do sujeito; 2) especificidade de um espaço social, que o distingue do resto da sociedade ou de outros territórios; 3) zona de limites entre o social e o que não se define inteiramente em termos sociais (o não-social): a biologia, a língua, a física das coisas etc.

Dessa forma, o sentimento de pertencimento a um patrimônio ou território está diretamente relacionado à possibilidade de vivenciá-lo. Nesse contexto, Castells (2013, p. 22) entende por "identidade a fonte de significado e experiência de um povo". Ou seja, a identidade é um construto de ordem social. Kathryn Woodward (2000) também vislumbra essa construção da identidade tanto simbólica quanto social e acrescenta a luta para afirmar uma ou outra identidade e as diferenças que as cercam nas relações de causas e consequências materiais. Percebe-se, dessa forma, que, sem a vivência, a experiência social do que consideramos como aspectos simbólicos veiculados em suas diversas formas, esvaem-se os sentidos de identidade, cultura e memória.

Santos (1987, p. 8) leva-nos a ponderar que "o estudo da cultura contribui no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas". Nessa linha, Canton (2009, p. 13) aponta que "a arte ensina a desaprender os princípios das obviedades que são atribuídas aos objetos, às coisas. Ela parece esmiuçar o funcionamento dos processos da vida". Uma das potências da arte é, pois, a intensa liberdade de criação de contextos possíveis e impossíveis.

Diante das relações e disputas de poder envolvendo a arte e a cultura, ao longo dos três anos de edição do curso, foram problematizados assuntos em voga na época, como foi o caso da discussão em torno do Queermuseu,³ no ano de 2017, e o incêndio do Museu Nacional, na edição realizada em 2018.

As visitas aos museus e seus desdobramentos

As visitas aos museus foram conduzidas de forma dialógica e reflexiva, visando a construção de sentido coletivo, com troca de olhares e repertório entre os estudantes e as professoras idealizadoras do curso. As escolhas pedagógicas do nosso percurso nas aulas-visitas foram desenvolvidas de modo a se alinharem com as posições políticas social-democráticas de resistência.

Na perspectiva mais tradicional, visitas em grupos a museus são diretamente relacionadas ao trabalho de guiamento, em que um profissional conduz um grupo, apresenta informações e direciona o olhar do visitante para algumas obras, aspectos arquitetônicos, relacionando ao contexto histórico, as autorias e técnicas. Atualmente, temos cada vez mais contato com a profissão do mediador, principalmente em centros culturais de arte contemporânea. O mediador, trabalhando com um grupo de pessoas, escolhe uma trajetória com algumas obras ou objetos, de acordo com o público, e desenvolve um trabalho de sensibilização dos visitantes, geralmente, pelo diálogo, a fim de auxiliar na fruição.

A metodologia do curso relaciona-se com a perspectiva da mediação, em um primeiro olhar. Contudo, mais do que mediar obra e fruidor, convoca os participantes ao questionamento do conjunto de intenções e discursos presentes nas exposições e nas escolhas museológicas. O curso foi pensado para se desenvolver de forma processual, de modo que as discussões fossem construídas ao longo do percurso e houvesse a retomada das visitas anteriores. Tratando-se de um processo dialógico, os questionamentos eram enriquecidos pela troca de experiências entre os participantes do projeto, com suas trajetórias diversas.

No intuito de fomentar a discussão em torno de questões, como o lugar de fala e diferenças de discursos nas instituições, foram selecionadas instituições com acervos e propostas museológicas diferentes. Optamos por manter a mesma sequência de museus nas três edições do curso, para que tivéssemos um padrão para analisar melhor o desempenho e o alcance do curso.

A primeira instituição visitada foi o Museu Histórico Nacional que, localizado na área do Castelo – palco de demolições e apagamentos – conserva um pequeno resquício de sua primeira edificação, dos primórdios do século XVII. De origem militar, desde sua construção como Forte até o início do século XX, o museu é voltado para a história do Brasil e de sua construção desde os tempos de colônia até a contemporaneidade (MHN, 2019).

A curadoria da exposição permanente, que é dividida em períodos, é disposta na forma histórica "tradicional", linear. No início das nossas visitas, observamos que o texto de abertura do circuito iniciava a narrativa sobre o Brasil pela visão europeia e do possível estranhamento português frente aos nativos do hoje chamado território brasileiro. Com a observação de alguns aspectos no espaço expositivo, como o texto de abertura, fomos confrontados a discutir um dos temas geradores do projeto, 'o lugar de fala', e pudemos relacionar o estrangeirismo dos nativos em seu próprio território com as experiências rotineiras dos moradores da Baixada Fluminense.

Ao percorrer a sala destinada aos nativos do território brasileiro, os estudantes encantaram-se com coloridos de adereços, utensílios e objetos ritualísticos. Contudo, apesar da identificação de cada objeto, não havia informações a respeito dos diferentes povos aos quais esses artefatos pertenciam, como se fossem um único grupo de pessoas. Assim, não saberíamos dizer quais eram esses grupos, suas particularidades, se esses grupos ainda habitam o território brasileiro, quais suas vozes e rostos, quem são essas pessoas? O que os indígenas têm a dizer sobre isso?

A descontextualização desses objetos, tão distantes de suas narrativas originárias, sublinhava a conotação do exotismo, ao mesmo tempo em que construía uma sensação de um conjunto de resquícios de povos extintos há séculos. Continuamos o debate em torno da representatividade e protagonismo, levantando a possibilidade do quanto seria enriquecedor se pudéssemos reconhecer a diversidade cultural entre os povos indígenas, cujos objetos estavam dispostos, ouvir sujeitos indígenas contemporâneos sobre sua própria cultura, seu cotidiano e suas lutas políticas, hoje e ao longo dos anos, contra seu apagamento enquanto povo originário.

García Canclini (1994, p. 113) que nos diz que "o museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos, os ofícios de tal modo que, mais que os exibir, tornem inteligíveis as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para a gente que os vê e evoca".

Tereza Cristina Scheiner (2012), evocando diversas matrizes de experiências museais, defende uma nova concepção de museus, por uma abordagem da museologia alinhada a uma prática museológica voltada para o social.

Entre as estratégias possíveis está o estímulo a uma nova percepção do patrimônio. Museus podem articular experiências que, efetivamente, levem a percepções mais abrangentes e críticas das realidades vivenciadas pelos grupos sociais, desenvolvendo iniciativas onde se articulem atores de diferentes matrizes socioculturais e campos do conhecimento, com um objetivo comum – valorizar as referências que lhes conferem um sentimento de pertença ao mundo 'real' (SCHEINER, 2012, p. 27).

O circuito expositivo fixo do Museu Histórico Nacional, de forma geral, conduziu a caminhada do nosso grupo como um antigo livro de história do Brasil, passeamos por entre conjuntos de objetos, documentos e obras de arte que contavam a história e a estética da classe dominante, desde os colonizadores, os senhores de engenho, a realeza, a Igreja Católica e outros. Todavia, diferentemente de um rígido passeio escolar, as distrações muitas vezes eram bem-vindas, como no

caso da edição realizada em 2016, em que os estudantes começaram a observar repetidamente os outros visitantes, em sua maioria estrangeiros. Os estrangeiros eram para eles como grupos a serem observados de forma antropológica e, assim, teciam comentários entre os diferentes tipos que passavam ali e seu modo de agir. O curioso foi que, em um dado momento, os próprios estudantes se sentiram investigados como estrangeiros, pequenos exóticos, em consonância com o tom da exposição.

Nas três edições do curso, a sala que mais chamou a atenção dos estudantes, por estabelecer uma experiência de maior pertencimento, foi a sala *Entre Mundos*, dedicada à contribuição afro-brasileira na construção do país. Diferentemente dos ambientes anteriores, onde algumas pequenas aparições da cultura popular fulguravam apenas como contextualização histórica, e não como objetos valorosos – à exemplo a obra *Engenho de Açúcar*, de Antônio de Oliveira –, a sala em questão apresentava um circuito sensível à construção cultural popular. A exposição mesclava documentos históricos da resistência afro-brasileira – como os registros fotográficos de mulheres negras do século XIX, empunhando acessórios crioulos–, obras de arte – como os *Tipos das Ruas*, talhados em madeira por Erotides Américo e Araújo Lopes na Bahia século XIX – e outros objetos importantes, embalados ao som da voz de Maria Bethânia, entre músicas e versos.

Além dos relatos dos grupos sobre a identificação com os personagens ali representados, seja pela cor da pele, seja pelo reconhecimento de alguns objetos e costumes, a forma como os elementos foram dispostos e apresentados levou os grupos a relatar uma experiência mais próxima e atenta à exposição. Tempos históricos diferentes em diálogo, junto a diferentes categorias de objetos e estímulos sensoriais, provocaram maior interação entre nós, os fruidores, com o espaço expositivo, por exemplo, *O Altar de Oxalá*, obra de Emanuel Araújo. A obra suscitava a mitologia orixá e crenças afro-religiosas, em função de uma configuração instalatória, própria da arte contemporânea. A instalação de Emanuel Araújo deslocou os estudantes de um contínuo contemplativo e, como próprio de

uma obra de arte contemporânea, os convocou a construir significados com base nos signos ali dispostos. A obra *O Altar de Oxalá* e a interação com os estudantes pode ser observado na Figura 1 a seguir.



Figura 1 – Momento de observações e discussões sobre a obra O Altar de Oxalá, de Emanuel Araújo - 2017

Fonte: acervo das autoras (2017).

A escolha do Museu Histórico Nacional como primeiro espaço a ser visitado foi assertiva para o início do debate e das questões a serem trabalhadas ao longo do curso. Além da localidade do Castelo ser um dos palcos históricos e mais emblemáticos de higienização social, a exposição levou o grupo à reflexão de que a história tradicionalmente é contada do ponto de vista da classe dominante, exploradora. A forma como uma exposição é montada, assim como na história, é uma escolha desde o ponto de vista, a importância de cada personagem, o protagonista até a forma de direcionamento ao interlocutor.

Ainda assim, sempre haverá a resistência das histórias paralelas, como a exposição *Entre Mundos*, e devemos trabalhar para que as múltiplas vozes sejam ouvidas. Segundo Georges Didi-Huberman (2011), em *Sobrevivência dos vaga-lumes*, ainda que o excesso de espetacularização luminosa do discurso hegemônico ofusque as insurgências populares, há de se mudar de ponto de vista para verificar que as vozes do povo ainda estão lá, sobrevivem, já que "não há comunidade viva sem fenomenologia de sua apresentação: o gesto luminoso dos vaga-lumes" (2011, p. 8).

Diante dessas possibilidades de insurgência, na edição de 2017 do curso, ao longo da visita ao Museu Histórico Nacional, tivemos a oportunidade de experienciar a exposição "Histórias fora da ordem: intervenções de arte contemporânea em museus", de curadoria de Beatriz Pimenta Velloso e Luciano Vinhosa. O objetivo era "tensionar os discursos consagrados de nossa história a partir de uma leitura crítica de nossa realidade política e social atual" (VELLOSO, 2017). Para tal, os artistas convidados realizaram trabalhos em contraponto com as obras do acervo, por exemplo, a instalação sonora de Alberto Harres, que na exposição *Do móvel ao automóvel: transitando pela história*, que apresenta "27 peças, entre cadeirinhas de arruar, berlindas, traquitanas e um automóvel do início do século XX, o Protos, que pertenceu ao Barão do Rio Branco" (MHN, 2019), inseriu sons referentes aos cobradores de vans oferecendo o serviço do transporte alternativo nos bairros mais empobrecidos do Rio de Janeiro. Beatriz Pimenta Velloso e Raylton Zaranza (2018, p. 177) contam sobre a instalação:

Em 2017, no último encontro entre os artistas, Livia [Flores] dirigiu e produziu um vídeo que foi deslocado do Atelier Gaia, no Museu Bispo do Rosário para a Galeria do Império, do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (MHN), para dentro da exposição Histórias fora da ordem (da qual participei e realizei a curadoria em parceria com o artista-pesquisador Luciano Vinhosa), onde Clóvis aparece, cantando. No MHN, a Galeria do Império abriga uma exposição permanente de peças referentes ao período em que a família real portuguesa se estabelece no Brasil, entre 1822 e 1889. Temas de destaque nesse período são a economia baseada na mão-de-obra escrava, a Guerra do Paraguai, a Princesa Isabel, a abolição da

escravidão e a Proclamação da República. Como no Museu Imperial de Petrópolis, a presença dos escravos no MHN se restringe a algemas e instrumentos de castigo, salvo raras exceções como soldados negros sem identidade, vistos ao longe em pinturas de batalhas da Guerra do Paraguai. No vídeo produzido por Livia vemos Clóvis no Ateliê Gaia cantando uma música de sua autoria, que traz tanto um imaginário infantil quanto a de um trabalhador rural e seus patrões, ressoando vozes fantasmas de um passado sem representação. (...) No Museu Histórico Nacional o monitor instalado abaixo dos retratos de famílias da aristocracia do café, a voz de Clóvis invade o espaço da Galeria do Império, atravessa móveis, porcelanas, livros, armas e bustos de mármore, reverberando nos instrumentos de castigo da senzala.

Seguindo para a segunda visita do nosso curso, percorremos o Museu Nacional de Belas Artes, localizado na Cinelândia, um dos pontos onde se pode enxergar o afrancesamento compulsório da urbe carioca do início do século XX. O local é conhecido como Cinelândia, em função do número de salas de cinema que havia no entorno, só restando, hoje, o Cine Odeon que, por pouco, não foi extinto nos últimos anos.

O Museu Nacional de Belas Artes, como o nome já sugere, propõe-se a apresentar as obras de arte no âmbito acadêmico e tem como destaque a Missão Artística Francesa no Brasil, que é considerada um marco do ensino acadêmico no país. Nesse sentido, os estudantes puderam reconhecer importantes símbolos da cultura clássica, como as "peças moldadas sobre os originais do período helenístico, romano e do grego clássico" (MNBA, 2017), que serviam como modelos para os primeiros estudantes da Escola de Belas Artes. Na edição do curso de 2017, buscando um diálogo com a discussão vigente na época de censura da arte, em função do encerramento antecipado da exposição *Queermuseu*, a curadoria do museu vendou os olhos das esculturas com faixas pretas, conforme retrata a Figura 2. Por essa intervenção, foi possível discutir com os estudantes sobre as possibilidades de aproximação entre as artes clássica e contemporânea e seu papel questionador da e na sociedade.

Nesse museu, os grupos das três edições do curso se mostraram mais dispersos do que na exposição anterior e nas seguintes, relatando se tratar de um acervo extenso, com uma das salas com disposição de quadros uns acima dos outros, o que dificulta a visualização. Por essa constatação do grupo, pudemos resgatar rapidamente a história do espaço expositivo, principalmente no que se refere ao museu de arte. Foi interessante perceber que, mesmo se tratando de três grupos distintos e não tão habituais em museus de arte, eles tinham a expectativa de encontrar um espaço expositivo moderno, como a caixa branca, com maior respiro entre uma obra e outra.



RIBEIRO, Gabriela Sousa; FRIAÇA, Bárbara Boaventura. **Arte e cultura: como acervos de museus contribuem na promoção da identidade sociocultural e formação cidadã da população da Baixada Fluminense?**

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v.9, n.17: mai. 2019. Disponível em https://eba.ufmg.br/revistapos>

Figura 2 – Momento de discussão e observação a respeito da venda nos olhos de moldes de obras

clássicas - 2017

Fonte: acervo das autoras (2017).

O Museu tem atualmente o maior acervo de arte brasileira do século XIX (MNBA, 2017) e o desconforto ao avistar quadros reunidos dessa maneira remonta ao espaço expositivo do século retrasado, conduzindo, de certa forma, a uma experiência temporal de passado. De todo modo, a fadiga e o distanciamento dos estudantes também se justificam por se tratar de obras acadêmicas com temáticas clássicas, com poucas oportunidades para o diálogo com suas referências.

A terceira visita foi destinada ao Museu do Folclore Edson Carneiro, situado no Catete, bairro da zona sul carioca e vizinho ao centro da cidade. O Museu se conecta aos jardins do Museu da República, antiga sede do governo federal. A interação dos participantes do curso ao Museu foi muito fluida e, por certo, foi o espaço onde os estudantes se sentiram mais à vontade. O primeiro andar da exposição proporcionou uma experiência mais sinestésica, já que a sala era dividida em ambientes de acordo com os elementos da natureza, que conjugava sons, cores, luzes e, por vezes, elementos como a fumaça, com as obras relacionadas a ar, terra, água e fogo.

A curadoria lúdica, sensível aos temas folclóricos ali dispostos no conjunto de obras, provocou um encantamento nos estudantes que relataram ter sido transportados aos tempos de infância. Particularmente na última edição do curso, algumas participantes nordestinas e moradoras da Baixada Fluminense relataram se identificar com o acervo, já que muitos referentes culturais presentes no museu remontam ao Nordeste brasileiro. Relataram que, no museu, conseguiram se transportar para o período vivido em suas terras natais.

Também foi possível fazer a relação do museu em si com a loja de artesanato que fica acoplada a ele, desde as dimensões de ambos até o destaque de que essa loja faz frente a outras lojas de museus. Por essas observações e pela contextualização de García Canclini (1983) de que o artesanato carrega aspectos sociológicos comunicadores da localidade em que é produzido, foi possível desenvolver uma problematização do artesanato como expressão de um patrimônio material e imaterial frente à mercantilização da cultura.

O Museu de Arte do Rio – MAR – foi o último museu visitado. Ele é um dos símbolos da revitalização e gentrificação da Zona Portuária carioca, em função da implantação do Projeto Porto Maravilha. Ao contrário dos demais museus visitados, o MAR não conta com exposições fixas, "suas exposições unem dimensões históricas e contemporâneas da arte por meio de mostras de longa e curta duração, de âmbito nacional e internacional" (MAR, 2019).

Nesse Museu, para dar continuidade lógica e experimentar diferentes linguagens e tempos ao longo do curso, escolhemos manter o foco nas exposições voltadas à arte contemporânea. Ao contrário do discurso comum que atribui dificuldade de compreensão à arte contemporânea, foi onde os grupos estabeleceram um bom diálogo com suas vivências e questionamentos. Desde as vanguardas da metade do século passado, a arte busca o engendramento com o mundo e a vida comum, suas questões e estéticas.

Por ser um museu com muitas exposições simultâneas, no intuito de dar possibilidade aos estudantes de percorrerem toda a exposição e realizarmos análises com base nas percepções dos grupos, era necessário fazer escolhas entre as exposições vigentes. Na edição do curso de 2016, focamos no trabalho do artista Alexandre Sequeira, com a exposição *Meu Mundo Teu*. Em 2017, na exposição *Dja Guata Porã* | *Rio de Janeiro indígena*'. Em 2018, discutimos sobre o samba com *O Rio do samba: resistência e reinvenção*.

Uma discussão recorrente e com reações parecidas nos três grupos dos cursos, era sobre a obra do Vhils (Alexandre Manuel Dias Farto), que esculpiu no muro o retrato de Edson da Silva Oliveiro, o Seu Edinho, um dos moradores mais antigos do Morro da Previdência, como retrata a Figura 3. Por essa obra, é possível problematizar o que é o museu e todo o Porto Maravilha. Ao mesmo tempo em que no andar superior / terraço, tem-se uma linda vista de frente d'água para a Baia da Guanabara e a Praça Mauá, há a obra em questão, que retrata a luta dos moradores do Morro da Providência, que foram desalojados para dar lugar a um teleférico e plano inclinado, mesmo contra a vontade da população do local. Num primeiro momento, os grupos se mostravam surpresos e extasiados positivamente com a técnica empregada na obra, por ser um muro esculpido. Ao saber que se tratava de uma forma de protesto e do porque se protestava, sentiam-se revoltados com o descaso do poder público com a população de baixa renda.



Figura 3 - Obra de Vhils e o retratado na obra - 2017 Fonte: Disponível em: https://designculture.com.br/visite-obras-do-artista-vhils-no-brasil>.

A obra de Vhils e as exposições que percorremos no MAR são exemplos interessantes de como a arte está constantemente tensionando os aspectos do cotidiano.

Nessa perspectiva da arte vida, os integrantes do curso da edição de 2016 puderam conhecer o trabalho do artista Alexandre Sequeira na exposição *Meu Mundo Teu*, em que o artista propõe, por meio da fotografia e da sua manipulação, algumas relações interpessoais, interagindo ele próprio com diversas pessoas e comunidades. O grupo compreendeu que a obra do artista não se tratava apenas da fotografia, mas por vezes da própria memória que o suporte carregava, além do processo, da interação entre as pessoas que o artista conheceu na sua trajetória. O conjunto de obras talvez mais conhecido de Alexandre Sequeira é a série *Nazaré do Mocajuba*, de 2005, em que o artista passa um tempo no vilarejo como retratista das pessoas que ali habitam. Com o tempo, Alexandre propõe a doação dos objetos pessoais dos retratados, imprimindo futuramente as fotos de cada morador em suas respectivas cortinas e cobertores.

Por meio das séries com delicada atenção ao outro, os estudantes relataram que se sentiram emocionados e que se enxergaram em alguns dos trabalhos. O grupo estabeleceu uma relação íntima com a exposição e pôde perceber que a arte, assim como o espaço museológico, não precisa ser apenas um espaço de contemplação passiva, ao contrário, pode propor construção de sentido e diálogo com o visitante. Dessa forma, uma visita a uma exposição como a de Alexandre Sequeira não é mais uma apreensão de referências e significados, o que já seria muito, é também uma quebra no tempo acelerado do cotidiano e uma proposição de afeto para repensar o olhar ao redor e o agir no mundo.

Considerações finais

Ponderamos que o projeto conseguiu atingir seus objetivos de estimular moradores da Baixada Fluminense a ter um novo olhar sobre sua construção identitária e cidadã, por meio da arte e cultura encontrada nos espaços institucionalizados de cultura e memória. Os estudantes relataram que, por conta do que apreenderam no curso, conseguiram ampliar seus olhares, perceber que são parte importante da construção histórica cotidiana de seus territórios, de suas identidades e de seu país.

Entre as dificuldades encontradas nesse percurso, o transporte foi um dos maiores entraves para a realização do projeto, em suas três edições. Sem ajuda de custo, era necessário contar com os próprios estudantes para pagar suas despesas de transporte. Todavia, quando se pensa que para ir ao centro do Rio de Janeiro os moradores da Baixada gastam, em média, R\$15,00, o que totaliza, em média, R\$30,00 de transporte de ida e volta, pensamos que essa é uma das formas de segregar a população da Baixada dos espaços de poder do Rio de Janeiro, entre os quais estão os espaços de cultura e memória.

É necessário, pois, dar oportunidade de acesso de modo igualitário aos diversos moradores da cidade, para que a consolidação de sua cultura e identidade possam auxiliar no exercício da cidadania. Devemos, assim, considerar que a arte e a cultura podem instaurar terrenos movediços para desestabilizar estruturas políticas cristalizadas. Apreender a política na arte e na cultura, ou ainda, como a arte e a cultura são políticas talvez seja uma das contribuições mais potentes do legado educacional de uma instituição que se preocupa com a construção de uma sociecade melhor. Os espaços culturais e de memória podem contribuir para a construção da visão de mundo crítica, que potencialize construções culturais e identitárias, que consolidem o empoderamento da cidadania.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular.** 14. ed. 10. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BARDI, Lina Bo; FERRAZ, Marcelo Carvalho (Coord.). **Lina Bo Bardi**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1996.

CANTON, Katia. Tempo e memória. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** - Volume II. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 8. ed. 7. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Tradução: Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida de. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. **Revista geo-paisagem** (on line), ano 3, n. 5, jan-jun/2004.

GALIZA, Helena Rosa dos Santos. **Reabilitação de áreas centrais sem gentrificação**. Tese (Doutorado em Urbanismo). PROURB/FAU/UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Tradução: Mauricio Santana Dias. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 95-115, 1994.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução: Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas:** Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução: Gênese Andrade. 4. ed. 7. reimp. São Paulo: Editora da USP, 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et al. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

MAR – Museu de Arte do Rio. **O MAR.** Disponível em https://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/o-mar Acesso em 08/01/2019 às 21h55min.

RIBEIRO, Gabriela Sousa; FRIAÇA, Bárbara Boaventura. Arte e cultura: como acervos de museus contribuem na promoção da identidade sociocultural e formação cidadã da população da Baixada Fluminense?

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v.9, n.17: mai. 2019. Disponível em https://eba.ufmg.br/revistapos>

MHN – Museu Histórico Nacional. Disponível em http://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/ Acesso em 08/01/19 às 15h38min.

MNBA – Museu Nacional de Belas Artes. Disponível em http://mnba.gov.br/portal/ Acesso em 16/06/17 às 22h57min.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino da história. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas,** v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

VELLOSO, Beatriz Pimenta; ZARANZA, Raylton. Histórias fora da ordem: agenciamentos entre Livia Flores e Clóvis Aparecido dos Santos. **Revista Estúdio, artistas sobre outras obras**. v. 9, n. 23, p. 168-180, jul-set. 2018.

VELLOSO, Beatriz Pimenta. **Histórias fora da ordem**: intervenções de arte contemporânea em museus. Projeto de Extensão. SIGProj/UFRJ, 2017.

WHITE, Leslie A. **O conceito de cultura**. Tradução: Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

NOTAS

- 1 Maria Aparecida de Figuerêdo (2004) explica que esse fenômeno predomina na Baixada Fluminense, desde a década de 1950, quando, após um período de prosperidade rural ligada, principalmente, à produção de laranja, os grandes latifúndios são subdivididos em pequenos lotes de terra carentes de infraestrutura para moradia de baixo custo. Esses lotes são ocupados por muitos imigrantes que, em busca de melhores condições de vida no Rio de Janeiro, não conseguem pagar pela moradia na cidade e encontram na Baixada uma área de expansão da mesma. O que, conforme a autora, contribui para que a Baixada Fluminense, desde a segunda metade do século 20, se consolide como periferia e área de expansão em relação à cidade do Rio de Janeiro.
- 2 A gestão do Prefeito Marcelo Crivella tem deixado de repassar verbas para manutenção de importantes equipamentos culturais da cidade do Rio de Janeiro, como a Casa do Jongo, localizada na comunidade da Serrinha, na zona norte da cidade, que chegou a ser fechada em janeiro de 2018, reabrindo meses depois; e a Feira das Yabás, que acontecia todos os meses no bairro Oswaldo Cruz, zona norte da capital, que também teve algumas edições descontinuadas em 2018.
- 3 *O Queermuseu Cartografias da diferença na arte brasileira* foi uma mostra com mais de 270 obras do século XX até os nossos dias, problematizando a diversidade de gênero e sexualidade. Foi apresentada pela primeira vez, em 2017, na cidade de Porto Alegre-RS, no Santander Cultural, e gerou grande polêmica devido a acusações de apologia à pedofilia, à zoofilia e ao vilipêndio religioso, fazendo com que o equipamento cultural encerrasse a exposição antes do programado.